



“Os melhores não querem ser directores clínicos”, diz bastonário

Bastonário da Ordem dos Médicos, José Manuel Silva, reclama revisão da lei de forma a que médicos escolhidos para directores clínicos possam continuar a ter actividade privada

Saúde
Alexandra Campos

A vaga de demissões que se tem sucedido em grandes hospitais do país levou o bastonário da Ordem dos Médicos (OM) a reclamar ontem a revisão da legislação que enquadra a nomeação dos directores clínicos, de forma a que estes cargos possam ser ocupados pelos “melhores” profissionais, ao contrário do que acontece actualmente. “Os melhores não querem ser directores clínicos”, alega José Manuel Silva.

O problema reside no facto de a lei impor muitas restrições. “A legislação criou tantas incompatibilidades que os médicos com vida clínica activa não querem ser directores clínicos”, afirma, explicando que um profissional que ocupe este cargo não pode exercer actividade privada remunerada.

Resultado? “O director clínico do Amadora-Sintra [que esta semana foi substituído pela administração] foi a oitava escolha e o de Santa Maria foi a quarta”, exemplificou o bastonário, no dia em que foi conhecida a saída de Miguel Oliveira e Silva da direcção clínica do Centro Hospitalar de Lisboa Norte (que inclui o Santa Maria e o Pulido Valente) e em que ficou claro que os 28 directores de serviço do hospital Amadora-Sintra que puseram o lugar à disposição na semana passada se mantêm demissionários.

Já a presidente da Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares (APAH), Marta Temido, espera que a sucessão de demissões não se transforme numa “nova forma de gestão hospitalar”, nem se torne “num comportamento viral”, embora compreenda os motivos das pessoas que põem o lugar à disposição: “Se estivesse numa situação de tal modo grave, em que entendesse que estava em causa a qualidade ou a segurança dos cuidados prestados aos doentes do meu hospital, eu tomaria a mesma posição”.

Apesar de não acreditar que os hospitais estejam ingovernáveis, a presidente da APAH admite, citada pela Lusa, que várias medidas que têm sido tomadas ao longo do tempo estão agora “a reflectir-se no dia-a-dia” das instituições. Quanto ao “braço-de-ferro” entre os demis-



O director clínico do Santa Maria, Miguel Oliveira e Silva, esteve no cargo pouco mais de quatro meses

Vaga de demissões nos hospitais públicos

As demissões em bloco em grandes hospitais do país sucederam-se ao longo do último ano. Pediram para sair direcções de serviços clínicos e de urgências, alegando falta de condições de trabalho e falhas na qualidade assistencial dos doentes.

Janeiro de 2014

A direcção das urgências do Hospital Amadora-Sintra pediu para sair numa altura em que se registava um pico de afluência e procura do serviço. A administração garantiu que a situação foi ultrapassada. A equipa manteve-se em funções.

Junho de 2014

A administração, a direcção clínica e os directores de departamento do Centro Hospitalar de S. João, Porto, apresentaram um pedido de demissão em bloco, alegando não ter condições para continuar a tratar os

doentes de forma adequada. O Ministério da Saúde prometeu resolver a situação, aceitou as propostas apresentadas pelos demissionários e estes retiraram os pedidos.

Setembro de 2014

A directora clínica do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, Maria do Céu Machado, pediatra e antiga alta-comissária para a Saúde, demitiu-se, sem explicitar as razões para a sua saída, que terá ficado a dever-se a divergências com a administração.

Novembro de 2014

Dezasseis chefes do serviço de urgência do Hospital Amadora-Sintra colocaram o lugar à disposição, queixando-se de falta de condições de trabalho e da falta de pessoal.

Janeiro de 2015

Sete chefes da equipa do serviço de urgência do Hospital Garcia de Orta, Almada, apresentaram

pedidos de demissão, devido à sobrelotação do serviço e do internamento. Depois de ficar acordado com a administração o reforço de médicos especialistas e enfermeiros, estes terão recuado na decisão.

Fevereiro de 2015

28 dos 33 directores de serviço do Hospital Amadora-Sintra colocaram o lugar à disposição, argumentando que a direcção clínica e a administração “não têm conseguido defender os interesses das populações que este serve”. A administração nomeou uma nova directora clínica, mas os médicos mantêm-se demissionários.

O director clínico do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, Miguel Oliveira e Silva, pediu para sair ao fim de apenas quatro meses no cargo, alegando que se quer dedicar à vida académica, mas na base sua decisão estarão problemas de incompatibilidades com colegas. **A.C.**

sionários e os decisores, deixa um alerta: “Não me parece que a estratégia do avança e recua seja minimamente saudável, mas parece que está instalada”.

A onda de demissões começou já no início do ano passado (ver cronologia). Quinta-feira foi tornada pública a saída do director clínico do Hospital de Santa Maria, Miguel Oliveira e Silva, ao fim de pouco mais de quatro meses no cargo. O obstetra, professor de Ética e Bioética na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, presidente em funções do Conselho de Ética para as Ciências da Vida, substituiu a pediatra Maria do Céu Machado - que já tinha saído em Setembro passado, sem clarificar as razões do abandono do cargo.

Na base do pedido de demissão de Miguel Oliveira e Silva estarão incompatibilidades com várias equipas do hospital, mas a versão do médico é a de que se pretende dedicar à vida académica, segundo o *Diário de Notícias*. O Ministério da Saúde confirmou o pedido de demissão e adiantou que vai ser substituído pela médica que desde 2008 dirigia o serviço de urgência do hospital, Margarida Lucas.

Em Dezembro, Oliveira e Silva terá feito uma série de denúncias à administração do hospital, como a compra de material cirúrgico sem caderno de encargos, o que foi entendido como o lançamento de uma suspeição generalizada. Depois disso, em entrevista ao jornal *i*, queixou-se de estar a ser alvo de inúmeras “pressões”. Esta substituição ocorre na mesma semana em que 28 directores de serviço do Hospital Amadora-Sintra apresentaram a demissão, alegando falta de condições de trabalho e de recursos humanos.

Sobre o Amadora-Sintra, o bastonário da OM recordou que os problemas começaram depois de 2011, quando o ministério tornou ilegais os duplos contratos dos médicos, que trabalhavam então muito mais horas. Ontem, a administração do Amadora-Sintra reuniu-se com deputados e autarcas do PSD e do PS. À saída, os primeiros diziam que a situação é de “alguma normalidade”, apesar da falta de meios humanos e do problema das urgências, enquanto os segundos perguntavam “quando é que isto vai acabar?”, referindo-se à vaga de demissões. **com Lusa**